

Volume 9, número 2: "Sustentabilidade: contradições, desafios e (im)possibilidades"
Montes Claros (MG). jul./dez. 2025. I ISSN 2527-1849

EDITORIAL

(IN)SUSTENTABILIDADE, SOBREVIVÊNCIA HUMANA E O DESAFIO DE OUTRO HORIZONTE SOCIETÁRIO

Geusiani Pereira Silva e Nascimento¹

Noêmia de Fátima Silva Lopes²

Diego Tabosa da Silva³

Vivemos um momento de encruzilhada civilizacional. A crise ambiental, marcada pela exploração desmedida dos recursos naturais, por mudanças climáticas extremas, desflorestamento acelerado, processos de desertificação, perda massiva de biodiversidade, urbanização desigual, crescente concentração de riqueza e agravamento das expressões da "questão social". Um contexto que evidencia o discurso do desenvolvimento sustentável, disseminado como um princípio a ser defendido, se não for radicalmente problematizado, se torna mera retórica.

As dimensões e os efeitos do capitalismo não alcançam somente a esfera econômica. Suas contradições determinam as relações de produção, mas, também, de reprodução social.

¹ Assistente Social (Unimontes), Especialista em Sociologia e política e Mestre em Desenvolvimento Social (Unimontes). Doutoranda em Educação (UnB). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Departamento de Política e Ciências Sociais). Integra a coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS). Pesquisadora do projeto "Serviço Social no Norte de Minas: trajetória histórica e cenário atual e "Questão Social" e Serviço Social". Editora Chefe da Revista Serviço Social em Perspectiva. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6446-4769> E-mail: geusiani.nascimento@unimontes.br.

² Assistente Social. (FIC- Caratinga/MG). Doutoranda em Política Social (UnB). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Departamento de Política e Ciências Sociais). Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social (GEPSS/UNIMONTES) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GEPT). Integra o grupo de pesquisadores/as do projeto Serviço Social no Norte de Minas: trajetória histórica e cenário atual e "Questão Social" e Serviço Social. Editora Adjunta da Revista Serviço Social em Perspectiva. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4319-109X>. E-mail: noemiaunimontes@gmail.com

³ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre em Serviço Social (UERJ). Doutor em Serviço Social (UFRJ). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Campus Baixada Santista. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social - GEPSS/UNIMONTES, e da Coordenação do GTP Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da ABEPSS (Gestão 2025-2026). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8589-109X>. E-mail: tabosa.diego@gmail.com

Inferem em todos os âmbitos e nuances da biodiversidade e, aqui, incluímos o ser social como parte constitutiva. O capitalismo funciona segundo uma lógica própria, voltada à acumulação incessante e à maximização do lucro, explorando o trabalho humano e os recursos naturais como meios para gerar cada vez mais valor. Se em função do capital os indivíduos são exauridos em sua existência e em suas possibilidades, os recursos naturais (mesmo finitos) também os são, pois, nesta sociabilidade vigente, são considerados prioritariamente como meios necessários à produção. São coisas úteis à produção de mais valor.

Reiteramos, por meio desta nona edição da Revista Serviço Social em Perspectiva, que a dinâmica capitalista, embora produtiva em termos econômicos, é profundamente destrutiva: degrada ecossistemas, compromete a reprodução social e concentra riqueza nas mãos de poucos, enquanto a maioria sofre perdas graves e imediatas. Ao transformar a vida e a natureza em mercadoria, esse sistema impõe uma barbárie estrutural. Nesse cenário, o dito "desenvolvimento" defendido por muitos como solução para os entraves socioeconômicos, acaba representando a exploração intensiva e desigual.

Através de mais uma produção coletiva, reafirmamos que a contradição fundamental do capitalismo, evidenciada pelo seu crescimento incessante, mesmo diante dos limites naturais do planeta, não se manifesta somente em crises econômicas e ambientais, mas também na manutenção diária de injustiças que atingem os corpos, a vida e o futuro das populações empobrecidas e vulnerabilizadas. Para atender os fins de acumulação e expansão, o capital global insiste em crescimento infinito, sugando recursos de um planeta finito. Consequentemente, mercantiliza a natureza e subordina a vida ao lucro. Ao nos indignarmos com esta realidade, problematizamos por meio desta publicação: até quando aceitaremos o mito do "desenvolvimento sustentável" enquanto os recursos indispensáveis à sobrevivência humana são ferozmente consumidos?

É neste cenário que a sustentabilidade aparece como um princípio a ser consistentemente defendido. Mundialmente falando, esta defesa não é nova. Desde a publicação do Relatório Brundtland (1987), várias sinalizações já haviam sido feitas nesse sentido, fazendo ecoar a defesa da sustentabilidade como uma solução para as contradições e os conflitos emergentes. A título de exemplo, já se apontava, nesse relatório, que o mundo atual convivia com crises profundamente interligadas: crescimento populacional, degradação ambiental e desigualdade social que avançavam simultaneamente. Contradicitoriamente, embora fosse constatada a melhoria de indicadores como expectativa

de vida e alfabetização, também se registrava o aumento, nunca visto antes, de pessoas famintas no mundo (World Commission on Environment and Development, 1987). Já se reconhecia, portanto, que os benefícios do desenvolvimento econômico não chegavam à todas as pessoas.

O Relatório de Brundtland (1987), também, já sinalizava que o crescimento econômico acelerado, sustentado pela extração intensa de recursos naturais, provocava poluição, desmatamento, desertificação e aquecimento global, ameaçando especialmente as populações caracterizadas como mais vulneráveis. Apontou que o modelo econômico vigente, centrado na acumulação de capital, revelava sua contradição imanente: buscava prosperidade imediata para poucos, mas comprometia a sobrevivência de muitos. Destruía ecossistemas essenciais, configurando uma verdadeira barbárie ambiental e social. Dentre outras contradições, sinalizou, ainda, que as tecnologias ascendentes potencializaram quase todas as etapas do processo de produção. A produção de alimentos, por exemplo, já não é mais um problema, como era outros períodos sócio históricos. Contudo, apesar do crescimento da produção agrícola, o alimento muitas vezes não estava, e ainda não está, disponível onde ele é realmente necessário (World Commission on Environment and Development, 1987). Já se apontava, portanto, que fome e desigualdade não se resolvem apenas com tecnologia, crescimento econômico ou aumento da produção. Mesmo sinalizando todos esses elementos, críticas mais severas ao capitalismo nem sempre foram, e são, explicitadas.

Ao fundamentarmos nossas análises em argumentos apresentados por Marx (2023), e ao tomarmos como referência alguns elementos contidos no livro *O capital*, entendemos que é o capitalismo que provoca e intensifica uma ruptura metabólica entre a sociedade e a natureza. Nesta obra, particularmente, Marx (2023) já evidenciava os impactos do capitalismo na destruição dos recursos naturais. A concentração da população em centros urbanos, como possibilidade e estratégia para a melhoria das condições de vida e trabalho, sinalizava desafios socioeconômicos e espaciais. Quando a produção está voltada para a obtenção de lucro, as consequências tendem a ser minimizadas, em razão dos benefícios maiores, mesmo que estes não sejam coletivizados. A maior produtividade agrícola, como dizia Marx (2023), não beneficiava o conjunto da sociedade, mas aprofundava a exploração do trabalhador e esgotavam os recursos naturais essenciais para a sobrevivência humana. O uso predatório da terra, por exemplo, minava seus nutrientes e comprometia sua fertilidade de forma duradoura.

A expropriação de recursos naturais nos mais diversos territórios tem sido constantemente justificada como indispensável ao progresso e à lógica de valorização do capital. A mineração é um dos símbolos mais expressivos desse percurso: no passado, devastava florestas e esgotava reservas de lenha; hoje, são ampliados os danos com a utilização de métodos cada vez mais poluentes, mas que favorecem boa rentabilidade financeira. A intensificação da exploração do lítio, em territórios como do Vale do Jequitinhonha (apontada até pelo legislativo mineiro como a maior reserva brasileira), já é preocupação apontada em alguns estudos (Oliveira, 2024). Esse mineral, ao ser utilizado como recurso estratégico, e principal matéria-prima para a produção de baterias para eletrônicos e veículos elétricos, favorece a obtenção de lucros expressivos para os donos do capital, mas, contradictoriamente, tem imposto à população local um conjunto de impactos que ultrapassa a esfera econômica. Com base nos relatos de moradores e lideranças, a autora mostra que esse avanço tem gerado sobrecarga dos serviços públicos, expulsão de famílias de seus territórios, violações de direitos previstos em normas internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), destruição ambiental e precarização das relações de trabalho (Oliveira, 2024). Além disso, evidencia-se que a lógica de exploração, típica do capitalismo contemporâneo em busca de novos meios de acumulação, provoca o enfraquecimento de culturas tradicionais e a invisibilidade das comunidades atingidas. Em resposta, esses grupos têm formulado demandas que vão da reparação socioambiental e socioeconômica à luta por justiça, dignidade e fortalecimento da resistência frente à expansão minerária.

O chamado neoextrativismo, tão estimulado por países ricos e potências econômicas, retoma práticas coloniais de espoliação das regiões periféricas. Sob o discurso da "modernização ecológica", os países centrais transferem para fora de suas fronteiras os impactos ambientais e sociais mais severos, aprofundando assimetrias históricas. Em última instância, o capital se depara com o limite material do planeta, mas, adversamente, responde a ele apostando em tecnologias ainda mais agressivas, repercutindo diretamente em setores como a construção civil, altamente dependente de insumos minerários de alto custo energético e ambiental (Saramago, 2024).

A intensificação da mineração, principalmente em países e regiões de capitalismo dependente, passou a ser problematizada. Silva e Araújo (2025), de forma pertinente, lembram que o percurso histórico do capitalismo no Brasil sempre esteve marcado por uma posição subordinada na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), o que acaba reiterando sua

condição de dependência. Desde a colonização, vinculada ao projeto expansionista europeu, o território brasileiro foi estruturado para cumprir o papel de fornecedor de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado ao mercado externo.

As autoras apontam que, sob a lógica da geopolítica do capital, o Brasil retomou a primarização de sua economia a partir da década de 1990, reforçando um padrão histórico descrito por Caio Prado Júnior, no qual a grande propriedade monocultora, escravista e voltada ao mercado externo marcou a formação social do país e ainda projeta efeitos no presente. Reforçam que o resultado de mais de cinco séculos de história é a persistência de uma desigualdade social e étnico-racial profunda, intensificada pela industrialização tardia e pelas relações de trabalho precarizadas, que se expressam em desemprego, informalidade e segregação urbana. Essa segregação empurra populações negras, indígenas e pobres para as periferias e para áreas insalubres ou de risco ambiental, o que aproxima a realidade brasileira da noção de racismo ambiental (Silva; Araújo, 2025).

As autoras citadas alertam que o avanço das expropriações atinge diferentes grupos sociais, como camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras e extrativistas, tanto pelo roubo direto de terras quanto pela retirada das condições materiais de sua sobrevivência, como a fauna, a flora e as águas. Esse processo de apropriação privada dos bens naturais, voltada à lógica da acumulação, compromete não somente a reprodução material dessas populações, mas também suas formas de vida e culturas. Assim, o chamado desenvolvimento brasileiro, longe de sustentável, se mostra marcado por intensa degradação ambiental, acirramento das desigualdades e ampliação dos conflitos socioambientais (Silva; Araújo, 2025). Com base nos argumentos expostos, compreendemos que o crescimento econômico amplamente defendido por países desenvolvidos e organizações financeiras internacionais, seja na agricultura, na mineração ou na indústria, continua degradando ecossistemas, concentrando riqueza e ampliando desigualdades sociais.

Compartilhamos do entendimento de que o Estado, nesse cenário, desempenha papel ambivalente. Ele não é uma instituição neutra. Ao contrário, por meio de suas organizações e aparatos, tem protegido a propriedade privada, facilitado a apropriação de recursos naturais pelo capital e, na maioria das vezes, transferido os custos socioambientais às populações empobrecidas e vulnerabilizadas. Ao mesmo tempo, em que ajuda "a boiada a passar", permanece como agente necessário para regulamentar, mediar e garantir direitos socioambientais.

Em virtude de todas essas considerações, reconhecemos que a sustentabilidade não deve ser meramente um discurso, tampouco pode ser reiterada apenas por ser mencionada como uma possível solução teórica em tratados, declarações e documentos de âmbito internacional ou nacional. Ela não pode se limitar, também, ao ideário de preservação ambiental atrelado à lógica da eficiência econômica. Sob uma perspectiva crítica, defendemos a necessidade de se problematizar o conceito e discurso da sustentabilidade que, sob tais entraves, se torna, na verdade, (in)sustentável em termos humanos. Compreendemos ser necessário repensar as relações sociais e a distribuição de riqueza, integrando justiça social e conservação ecológica. Ao referenciarmos a atualidade da crítica marxista, reiteramos que a sustentabilidade não pode ser somente técnica ou econômica: deve ser também ética e política, garantindo que o progresso não se construa sobre a exploração do homem e da natureza.

Compartilhamos dos argumentos de autores como Mészáros (2001) ao defender que o desenvolvimento sustentável não pode ser dissociado da construção de uma igualdade substantiva. O entendimento é que qualquer tentativa de progresso que ignore as desigualdades estruturais já sinaliza a existência de um fracasso. Projetos de modernização e crescimento econômico, embora apresentados como soluções universais, reproduzem a marginalização social e a ampliação das desigualdades entre os países, e dentro destes também.

Essa desigualdade não é somente de natureza econômica, mas também cultural e política, intensificada por uma sociedade que naturaliza a subordinação das massas e esvazia conceitos como liberdade e igualdade, reduzindo-os a formalidades que pouco alteram a realidade concreta dos indivíduos.

À luz dos argumentos do Mészáros (2001), compreendemos que o aprimoramento da tecnologia e o crescimento econômico desenfreado não são respostas automáticas aos problemas sociais e ambientais. O autor situa, a título de exemplo, a chamada "revolução verde" que, ao invés de erradicar a fome, fortaleceu corporações poderosas e aprofundou a concentração de riqueza. Aproveitamos esses argumentos para problematizar o estímulo à produção e disseminação de inteligência artificial. Ao contrário de algumas defesas que apontam para maior eficiência e otimização dos processos de produção e trabalho, a sua produção exigirá maior utilização de recursos energéticos, ao passo que o descarte da força de trabalho humana se tornará cada vez mais descartável. Ademais, os benefícios apontados como advindos da maior produção/utilização da Inteligência artificial ocultam as

históricas contradições do sistema vigente: provocam prejuízos para uns tantos, ao passo que trazem expressivos benefícios para uns poucos.

Nessa direção, o entendimento é que somente a superação das estruturas de desigualdade e a formação de uma cultura participativa e responsiva podem viabilizar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, capaz de alinhar a sobrevivência humana à preservação ambiental. A emancipação social, já demarcada por Marx (2010), é condição imprescindível para que o futuro do planeta não se configure como um prolongamento das injustiças atuais. Como destaca Mészáros (2001, p.1), "se o desenvolvimento no futuro não é desenvolvimento sustentável, não existirá nenhum desenvolvimento significativo, não importando o quanto ele é urgente".

Neste segundo número do volume 9 problematizamos a (in)sustentabilidade situando os desafios, as contrações e as (im)possibilidades. Não tomamos o conceito como algo dado, mas, como referência para análises críticas mais adensadas. As reflexões situam a sociabilidade capitalista como uma totalidade social contraditória e antagônica que precisa ser entendida para que as determinações sobre o ecossistema possam ser compreendidas para além de sua manifestação fenomênica.

O apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), viabilizado por meio de edital, representou um passo significativo rumo à internacionalização da Revista Serviço Social em Perspectiva. Ainda que os recursos destinados tenham ficado aquém do solicitado, este apoio foi indispensável para darmos ênfase às articulações com outros países, especialmente os lusófonos e hispanófonos, potencializado com a divulgação do volume nove de nosso periódico no XXIV Seminário da ALAEITS, a realizar-se em outubro de 2025, em Santiago do Chile. Trata-se de uma oportunidade singular para a revista ultrapassar, mais uma vez, suas fronteiras, ampliando diálogos e consolidando sua inserção no cenário internacional.

As publicações reunidas nesta edição evidenciam a interconexão entre crises ambientais, desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais e estruturas de poder. Diversos trabalhos destacam os impactos do modelo econômico vigente sobre o meio ambiente, refletindo sobre a degradação de ecossistemas e os riscos associados à exploração desenfreada de recursos naturais, seja pela industrialização, pela urbanização acelerada ou pelo agronegócio. Ao mesmo tempo, enfatizam que essas contradições não são neutras do ponto de vista social: os efeitos ambientais mais severos recaem sobre os grupos mais vulneráveis, aprofundando disparidades históricas e sociais. Nesse sentido, sustentabilidade

e justiça social aparecem como faces de um mesmo desafio, tornando-se indispensável pensar soluções integradas e contextualizadas.

A seção temática abre com o artigo "**Capitalismo e a crise ambiental: elementos para debate**", de Ruth Gnecco Zanini (Doutoranda em Serviço Social - PPGSS/UNESP), Analúcia Bueno dos Reis Giometti (docente PPGSS/UNESP - Franca) e Maria José de Oliveira Lima (Docente do Depto. de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP/Franca). Ancorado em uma crítica marxista, o texto discute a crise ambiental como expressão estrutural do capitalismo, recupera a trajetória histórica do capital e denuncia a função ideológica de propostas como "desenvolvimento sustentável" e "mercado de carbono". As autoras defendem a necessidade de repensar padrões de produção, consumo e propriedade.

Em seguida, o artigo "**Sustentabilidade em tempos de crise: contradições, desafios e (im)possibilidades diante dos impactos climáticos, ambientais, econômicos e sociais**", de Robson de Jesus Ribeiro (Pós Doutorando em Ciências da Saúde na Santa Casa de São Paulo. Membro do grupo de estudos Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social (GESTA), com colaborações teóricas de outra autora, problematiza a noção de sustentabilidade diante das desigualdades ampliadas pela pandemia de Covid-19. A partir do materialismo histórico-dialético, os autores mostram a sustentabilidade como campo de disputa política e ética, defendendo sua vinculação à justiça social, à redistribuição da riqueza e ao fortalecimento das políticas públicas.

O terceiro texto, "**Entre chips e chamas: sociedade tecnologizada do capital, meio ambiente e Serviço Social no contexto das contradições contemporâneas**", de Camila Barbosa Vieira (Doutoranda em Serviço Social (UNESP/Franca) e Antônio Inácio da Silva (Mestre em Serviço Social pela Unesp), com colaborações, analisa a dominação tecnológica como nova face da exploração capitalista. Com base no materialismo histórico-dialético, denuncia a falsa promessa de modernização da tecnologia, que intensifica desigualdades e degradação ambiental, e convoca o Serviço Social a enfrentar criticamente essas dinâmicas.

No quarto trabalho, "**Território hidrossocial: quem controla a água controla o território?**", Simone Farias Fonseca (UnB) e Valdir Adilson Steinke (UnB) examinam o município de Águas Lindas de Goiás. Utilizando o conceito de território hidrossocial, mostram como a gestão da água reflete relações assimétricas entre Estado, empresas e populações locais, e defendem a participação social como eixo fundamental para políticas públicas democráticas e para a garantia do direito humano à água.

O quinto artigo, *"Serviço Social e questão ambiental: particularidades de um município do Recôncavo Baiano"*, de Ediane Pereira Santana (Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba - UFRB) e Aline Maria Batista Machado (Professora Associada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB), analisa o município de Cachoeira (BA) sob a ótica do materialismo histórico-dialético. O texto evidencia como a reprodução do capital condiciona a realidade socioeconômica e ambiental local, destacando o papel do/a assistente social na defesa de direitos em contextos de vulnerabilidade, por meio da articulação em rede e da educação popular.

Na sequência, *"Educação da atenção das mudanças climáticas e as contribuições da educação ambiental"*, de Ramsés Mikalauscas Farherr (Arqueólogo, doutorando em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG) e Gianpaolo Knoller Adomilli (Docente da Universidade Federal do Rio Grande - FURG) propõe uma abordagem inovadora da educação ambiental a partir do conceito de "educação da atenção", de Tim Ingold. O artigo questiona a centralidade humana no Antropoceno e defende práticas educativas sensíveis, capazes de reconhecer agências mais que humanas e fomentar novas formas de habitar o mundo.

Encerrando a seção temática, o artigo *"Racismo ambiental como biopolítica e necropolítica: a gestão da morte no contexto brasileiro"*, de Lucas Matheus Araújo Bicalho (Unimontes - Membro ativo do Grupo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física - GEHEF, vinculado ao Departamento de Educação Física e Desporto - DEFD e ao PPGH, além de integrar o Centro de Memória do Esporte - CEMESP), Lúcio Willian Mota Siqueira (Professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM) e Vitória Dreide Xavier Araújo Silva (Unimontes), analisa como a degradação ambiental impacta desproporcionalmente populações negras, indígenas e quilombolas. A partir das categorias de biopolítica e necropolítica, os autores demonstram que a distribuição dos danos ambientais segue uma lógica racializada, exigindo políticas públicas integradas que articulem justiça ambiental, racial e social.

A segunda seção, dedicada a artigos livres, amplia o horizonte temático e traz debates sobre neoliberalismo, racismo estrutural, política social, diversidade de gênero e sexualidade, encarceramento, assistência estudantil, educação decolonial e direitos humanos. O artigo *"Neoliberalismo, dependência e dívida pública no Brasil"*, de Rayssa Késsia Eugênia Rodrigues (Doutoranda em Política Social no Programa de Pós-Graduação em Política Social

da UnB e professora substituta do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB) e Evílasio Salvador (Economista, mestre e doutor em política social. Professor no departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB) analisa, a partir de uma perspectiva dialética, como medidas fiscais alinhadas ao ideário neoliberal, como o Novo Arcabouço Fiscal, aprofundam a dependência e comprometem a proteção social.

Na mesma direção crítica, *"A questão racial na dinâmica do Estado brasileiro: avanços e desafios no âmbito da intervenção política"*, de Daiane Daine de Oliveira Gomes (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN), Doniêgo Ferreira de Lima (Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN) e Elane Mendonça Conde Carneiro (Professora da Faculdade Ibiapaba – FACIBI), discute como o Estado reproduz desigualdades raciais e, ao mesmo tempo, constitui arena de disputa por direitos.

O trabalho *"Incrementalismo e política social: a racionalidade gradual na construção do Programa Bolsa Família"*, de Rômulo Júnior Cardoso Oliveira (Mestrando pela Desenvolvimento Social pela Unimontes) e Moisés Oliveira Costa (Mestre em Desenvolvimento Social pela Unimontes), utiliza a abordagem incrementalista para compreender o percurso do Programa Bolsa Família como uma materialização da racionalidade incremental que marca a política social no Brasil. Em vez de surgir como uma ruptura inovadora, o programa resultou da convergência e unificação de iniciativas já existentes, entre elas o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação.

A reflexão sobre raça retorna em *"Questão racial e sua relação com a Política de Assistência Social: desafios e possibilidades"*, de Bianca Mayara David Alvarez e Esclarlet Luiz de Lemos (Mestrandas pelo Programa Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste) e Claudiana Tavares da Silva Sgorlon (Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA). As autoras analisam a ausência de políticas afirmativas específicas para a população negra na Assistência Social e destacam a atuação dos assistentes sociais na promoção de ações intersetoriais antirracistas.

Com olhar internacional, *"Descolonização do ensino em Angola"*, de Boás dos Santos (Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – UFPI) e Rosilene Marques Sobrinho de França (Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade

Federal do Piauí – UFPI), evidencia a permanência de práticas coloniais no sistema educacional angolano e defende transformações estruturais que valorizem a diversidade cultural.

No campo dos debates de gênero, *"Patriarcado e diversidade trans: inflexões do cisgenderopatriarcado sobre a diversidade das mulheres"*, de Débora Elita de Sousa Silva (Doutoranda em Serviço Social – PPGSS/UFRN, membra do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho Ética e Direitos – GEPTED e do Grupo de Estudos sobre Diversidade – GED – do Departamento de Serviço Social da UFRN), analisa os impactos do patriarcado sobre as mulheres, especialmente trans, mobilizando a perspectiva transfeminista. A pesquisa buscou compreender os impactos do patriarcado sobre as mulheres, por meio de revisões bibliográficas sobre a construção histórica do patriarcado, diversidade humana e transfeminismo.

A temática prisional é abordada em *"Estado penal e direitos humanos: as violações no âmbito do sistema prisional do Rio Grande do Norte"*, de Lyzete Bruna Pereira Freitas (Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFRN), Quitéria Gabriela Cabral Xavier e Jardson Silva (Doutorandos em Serviço Social – PPGSS/UFRN), e Tathiane Conceição Silva de Souza (Mestre em Serviço Social – PPGSS/UFRN), que denunciam as contradições do Estado burguês e as violações de direitos humanos no sistema penal do Rio Grande do Norte (RN), relacionando-as às determinações do Estado burguês, estruturado para manter a dominação e a ordem vigente.

A política educacional é objeto de análise no artigo *"A Política Nacional de Assistência Estudantil no Brasil: uma análise comparativa entre o Decreto nº 7.234/2010 e a Lei nº 14.914/2024"*, assinado por Marla Beatriz de Oliveira Ribeiro (Doutoranda em Serviço Social – UNESP/Franca), Eduardo Henrique Moraes Santos e Raquel de Oliveira Mendes (Doutorandos em Políticas Públicas – UFABC), Maria Aparecida Lourenço Barbosa (Mestra em Serviço Social – UNIFESP), Carolina Sampaio de Sá Oliveira (Mestra em Serviço Social – UFS) e Flávia Augusta Santos de Melo Lopes (Doutora em Serviço Social – UFPE). O texto discute continuidades e rupturas na política de assistência estudantil, destacando desafios frente às desigualdades educacionais. As reflexões apresentadas reforçam a necessidade de o Estado garantir ações de permanência no ensino superior, especialmente em meio às disputas contra hegemônicas que marcam a defesa da educação pública.

Dando prosseguimento, *"A realidade mineira na formação profissional em Serviço Social"*, de Joyce Nicole Chaves Lopes (Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP) e Leonardo Nogueira (Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), apresenta resultados de pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPEMIG, problematizando a incorporação (ou não) das particularidades da formação social mineira nos projetos pedagógicos das universidades públicas do estado. O estudo buscou analisar de que forma a formação em Serviço Social nas universidades públicas mineiras contempla e debate as particularidades da realidade local.

Na seção de Relatos de Experiência, destaca-se *"Racismo ambiental e seus reflexos contra a população em situação de rua: análise em uma cidade do Norte de Minas Gerais"*, de Andreza Ferreira da Costa (Residente em Saúde Mental - Uimontes) e Rita de Cássia Ferraz Oliveira (assistente social). A partir da atuação no Consultório na Rua, vinculado ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Uimontes, o texto evidencia como os impactos ambientais atingem de forma desproporcional populações racializadas e em situação de rua.

Encerrando esta edição, inaugura-se a Seção Especial Memórias e Histórias, um espaço para valorizar pessoas, fatos e perspectivas que compõem as bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social. Neste número, o destaque é o centenário de Clóvis Moura, referência brasileira nos estudos sobre as relações entre racismo, trabalho e sociedade, celebrado no texto *"Clóvis Moura, 100 anos: contribuições à análise da América Latina e à leitura crítica das contradições do racismo e da dependência"*, de autoria de Thiago A. Aranha, Marilene Gerônimo Maciel e Adeildo Vila Nova.

Como se verifica a partir das proposições, uma dimensão recorrente nos trabalhos apresentados é a análise crítica das políticas públicas e dos modelos de desenvolvimento vigentes. A investigação sobre neoliberalismo, dependência econômica, programas sociais e controle de recursos naturais evidencia como determinadas escolhas políticas e econômicas reproduzem desigualdades e fragilizam a sustentabilidade. Essa perspectiva crítica se estende também às questões raciais e de gênero, mostrando que políticas ambientais ou de desenvolvimento isoladas, sem consideração da diversidade social e das vulnerabilidades históricas, não conseguem alcançar resultados substantivos. Assim, os textos reafirmam a

necessidade de combinar planejamento ambiental, políticas públicas inclusivas e redistribuição de recursos para enfrentar desafios contemporâneos de maneira eficaz.

Ao integrar contribuições de Serviço Social, educação, economia, direitos humanos e estudos ambientais, os trabalhos revelam que soluções para crises globais não podem ser reduzidas a abordagens técnicas ou setoriais. Ao contrário, demandam análises que contemplam a dimensão histórica, política e social das transformações, reconhecendo a interdependência entre sociedade, natureza e justiça. Essa perspectiva crítica e integrada é, portanto, o fio condutor desta edição, convidando leitores e pesquisadores a refletirem sobre o papel da ciência, da política e da ação efetiva de sujeitos sociais na construção de um futuro sustentável e equitativo.

Por fim, podemos dizer que a conjuntura atual nos convoca a refletir sobre o tema da sustentabilidade não como uma palavra de ordem, reduzida a compromissos fictícios ou tecnocráticos. Compreendemos que a sustentabilidade real, que considera e prioriza a vida, é uma condição vital para a sobrevivência humana, social e ecológica. Cabe, portanto, a todos nós, e especialmente aos(as) profissionais do Serviço Social, a responsabilidade de problematizar, defender e corroborar com a construção de outro horizonte societal, onde a vida, a justiça social e a preservação ambiental não sejam exceções, mas princípios estruturantes. Somente assim será possível superar a lógica do capital e inaugurar um projeto civilizatório verdadeiramente sustentável.

Montes Claros, primavera de 2025

REFERÊNCIAS:

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 3^a ed. Tradução de Rubens Enderle. Introduções de Jacob Gorender, José Arthur Giannotti e Louis Althusser. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, K. *Sobre a questão judaica*. Tradução de Nélio Schneider e Wanda Caldeira Brant. Apresentação e posfácio de Daniel Bensaïd. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. Tradução de Paulo Maurício. *Conferência apresentada na Cimeira dos 'Parlamentos Latino-Americanos' sobre a "dívida social e integração latino-americana"*, Caracas, 10-13 jul. 2001. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/meszaros/2001/07/13.htm>. Acesso em: 21 set. 2025.

PAULA OLIVEIRA, M. O avanço da exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha (MG) e a reprodução das desigualdades e dependências internacionais: avance de la minería del litio

en el Valle de Jequitinhonha (MG) y la reproducción de las desigualdades y dependencias internacionales. *Carta Internacional*, [S. I.], v. 19, n. 1, p. e1416, 2024. DOI: 10.21530/ci.v19n1.2024.1416. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1416>. Acesso em: 22 set. 2025.

SARAMAGO, R. DE C. P.; LOPES, J. M. DE A. Neoextrativismo e construção 'sustentável': duas faces do capitalismo financeirizado. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, p. e202413pt, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/dMsskk7YM6jzNsVwy6bwbyf/?lang=pt>. Acesso em: 10 de set. de 2025.

SILVA, M. DAS G. E.; ARAÚJO, N. M. S. Questão ambiental, capitalismo dependente e serviço social: apontamentos para um debate urgente. *Serviço Social & Sociedade*, v. 148, n. 2, p. e-6628439, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/KM4BkM7vnjRkmLJdFt5xG3g/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 de set. 2025.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://www.une.org/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>. Acesso em: 21 set. 2025.